

EM BUSCA DO OURO

Nesta semana, uma ação conjunta da Polícia Federal, com Funai e Ibama, prendeu oito garimpeiros na reserva de Sararé. Outros cinco conseguiram fugir. Dezoito dragas foram apreendidas. Fatos como este podem estar condenados ao fim, a partir de um projeto no Guaporé

Garimpeiros serão assentados no Guaporé

Nelson Francisco
Da Redação

A empresa de mineração Santa Elina doou ao governo do estado uma área de 10 mil hectares na Gleba Galera, Vale do Guaporé, entre os municípios de Pontes e Lacerda e Vila Bela da Santíssima Trindade, oeste de Mato Grosso, a 500 quilômetros de Cuiabá. No local serão assentados 800 garimpeiros que farão exploração mineral, acabando de vez com os conflitos na Reserva Indígena Sararé. A garantia é do presidente da Cooperativa dos Produtores de Ouro de Pontes e Lacerda, Jaime Valadares, o "Magrão", e do secretário de Indústria e Comércio do estado, Aldo Romani. Na semana passada, oito garimpeiros foram presos em Sararé pela Polícia Federal.

Técnicos e geólogos da Secretaria de Indústria e Comércio, Meta-mat e do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) já estão há dois meses no local realizando estudo de lavra na área para fazer o levantamento de ocorrência de minério e o monitoramento ambiental. Em seguida, o projeto será apresentado à Fundação Estadual do Meio Ambiente (Fema), para



A reserva Guaporé foi palco de conflitos no início deste ano, quando a PF invadiu a região

aprovar ou não o estudo de impacto ambiental.

A idéia é implantar no local um garimpo-modelo para todo o país sem prejudicar o meio ambiente.

No pólo de produção mineral, conforme Aldo Romani, só deverão explorar o solo os trabalhadores filiados à cooperativa.

A princípio, no projeto-piloto,

deverão ser instalados no local 100 pares de máquinas de exploração mineral. Cada par de máquina contém dois motores e duas bombas de sucção onde devem trabalhar seis

peças. Dados parciais da pesquisa mineral indicam que no local existe ouro. Não só na área que está sendo doada, mas em todo o Vale do Guaporé, cuja licença de exploração de lavra foi concedida pelo DNPM à mineradora Santa Elina. Só este ano, informa Romani, a empresa deverá investir 180 milhões de dólares em projetos de exploração mineral na região.

"Agora definitivamente vai se resolver essa questão de Sararé", comemora o secretário, para quem o projeto só está sendo viabilizado graças à interferência do governo federal e a determinação pessoal do governador Dante de Oliveira, que prometeu aos garimpeiros solucionar o problema ainda este ano. "Nós estamos organizando um modelo de garimpagem no Brasil", atesta.

De acordo com Jaime Valadares, com o ordenamento da garimpagem, os garimpeiros cooperados não vão mais invadir a Reserva Sararé, palco de constantes conflitos entre índios, garimpeiros e madeireiros. O novo garimpo fica a aproximadamente 70 Km da reserva dos índios. "Nós estamos acreditando nesse processo, que é a única saída para a garimpagem no estado de

Mato Grosso", ressalta Valadares, elogiando a atitude da mineradora em ceder uma parte da sua área de exploração mineral para os garimpeiros.

O modelo de exploração de minérios que se pretende adotar é inédito no país. No local, será criada a Fundação Marcionílio Macêdo Neto, uma escola para os filhos de garimpeiros e posto de saúde. Na última sexta-feira, Jaime Valadares entregou o cargo ao secretário de Saúde do estado, Júlio Müller, solicitando apoio e remessa regular de medicamentos para o local, assim que os garimpeiros começarem a explorar a área.

O trabalho de levantamento de ocorrência de minério e monitoramento ambiental não tem prazo para ser concluído. Porém, mais do nunca, a categoria está animada e confiante na iniciativa do governo do estado. "O que esperamos disso é o resgate de uma cidadania que foi perdida em 1750", empolga-se o presidente do Sindicato dos Garimpeiros do Estado de Mato Grosso, Marcionílio Macêdo Neto, referindo-se à época do auge da atividade no Brasil, especialmente em Mato Grosso com o ciclo do ouro. (N.F.)

Projeto de março foi engavetado

Da Redação

O pontapé inicial para solucionar o problema da Reserva Indígena Sararé foi dado no dia 4 de março deste ano, numa reunião entre o governador Dante de Oliveira, deputados, secretários de estado e representantes da Cooperativa dos Produtores de Ouro de Pontes e Lacerda.

O governador Dante de Oliveira recebeu em audiência um grupo de garimpeiros, liderado pelos deputados peemedebistas José Lacerda e Pedro Satélite. Na ocasião, os garimpeiros que haviam sido expulsos da reserva em janeiro deste ano

coobraram do chefe do Executivo uma saída para solucionar o impasse. O governador determinou que três secretários de estado, Aldo Romani (Indústria e Comércio), Frederico Müller (Fema) e Luiz Emídio (Interior), realizassem um estudo técnico para viabilizar o primeiro projeto ordenado de atividade garimpeira, dentro das normas ambientais.

A área prevista inicialmente para o projeto já havia sido vistoriada e tinha o aval do DNPM. A cooperativa de Pontes e Lacerda havia conseguido autorização de lavra garimpeira de 500 hectares. A jazida estava localizada a apenas três qui-

lômetros do rio Sararé que passa dentro da reserva. O local era suficiente para assentar 300 garimpeiros, cuja quantidade de metal extraído daria uma renda em torno de US\$ 50 mil.

A Fema chegou a emitir o licenciamento para a exploração de ouro na área, conforme o projeto avaliado por técnicos do DNPM. Mas como o prazo de renovação da licença venceu, o projeto foi engavetado. Os próprios garimpeiros admitiram à época que caso o projeto fosse viabilizado, seria "um pulo" para novas invasões na terra dos índios, devido à proximidade. (N.F.)

Conheça o "Caso Sararé"

Da Redação

• **Abril de 1995** — O governo federal, através do decreto 91.209 de 29 de março de 1995, demarcou a reserva Sararé de 67.420 hectares dos índios Nhamiquaras.

• **Outubro de 89** — Garimpeiros invadem a reserva em busca de ouro, principalmente na região sul da área, próximo à aldeia dos índios.

• **Dezembro de 92** — Entidades de direitos humanos pressionam o Banco Mundial para solicitar ao governo federal a desintrusão da área como condição básica à assinatura do megaprojeto de US\$ 205 milhões. Realizou-se a "Operação Sararé", com a saída pacífica de 5 mil garimpeiros.

• **Novembro de 93** — O Ministério Público Federal pede a abertura de inquérito policial para apurar o roubo de madeira nobre da reserva. A época,

23 pessoas foram indiciadas. Ninguém foi preso.

• **Junho de 96** — Cerca de 8 mil garimpeiros invadem a reserva e montam acampamentos, criando uma verdadeira cidade (currutela) de Iona.

• **Novembro de 96** — Um grupo de garimpeiros e madeireiros espanca metade da população indígena no local, cerca de 30 pessoas. Ongs pressionam os governos federal e estadual para realizar outra operação de desintrusão da área.

• **Janeiro de 97** — É deflagrada a "Operação Sararé II". Os garimpeiros saem de forma pacífica ao final do prazo de cinco dias dado pela Polícia Federal. A cidade de Iona no meio da floresta, no Vale do Guaporé, desaparece.

• **Entre os meses de fevereiro, maio, julho e setembro deste ano**, a PF voltou a prender garimpeiros que retornaram ao local. (N.F.)

Relatório mostra o drama em área indígena

Da Redação

Um relatório produzido pelo Programa de Desenvolvimento Agroambiental (Prodeagro) mostra o drama em que vivem os 20 mil índios distribuídos em 37 etnias de Mato Grosso. O documento denominado "Quadro situacional das intrusões em terras indígenas em Mato Grosso" vai servir de base para o programa de fiscalização em todas as aldeias. Os trabalhos do Comitê Interinstitucional de Fiscalização das Áreas Protegidas (Cifap) devem começar no próximo mês.

A operação conjunta vai envolver representantes da Fundação Es-

tadual de Meio Ambiente (Fema), Ministério Público, Funai, Casa Civil, Ibama e Polícia Federal. O objetivo é "limpar as áreas", proibindo o acesso de madeireiros e garimpeiros nas terras dos índios.

O relatório produzido pelo consultor do Prodeagro, Villi Seilert, vai subsidiar os órgãos envolvidos no planejamento operacional do plano global de vigilância e fiscalização em áreas indígenas no estado.

O estudo identificou os principais focos de intrusão nas áreas indígenas em Mato Grosso (veja principais problemas na aldeia nesta página), recomendando ações emergenciais de imediato como a

fiscalização nessas áreas, demarcação e reforço do serviço de assistência judiciária às comunidades indígenas.

Dentre outras recomendações, o relatório alerta para o fato da ação global viabilizar a recuperação econômica das áreas indígenas como, o levantamento das potencialidades econômicas em cada área, de acordo com as relações socioculturais internas e externas estabelecidas pelo grupo.

O documento sugere ainda o monitoramento técnico das atividades econômicas impactantes em torno das reservas, bem como o levantamento mineral, monitoramento das atividades garimpeiras, ma-

nejo florestal e atividades agropecuárias.

Propõe também que o comitê relacione e faça o monitoramento das atividades impactantes nas bacias hidrográficas que banham as reservas como garimpos, desmatamentos, agrotóxicos, hidrelétrica e toda e qualquer atividade nas áreas.

Para este trabalho, o relatório sugere a ampliação do quadro técnico de base da Funai (pessoas que trabalham diretamente nas comunidades indígenas); apoio à promoção de intercâmbio intertribais de lideranças indígenas e promover encontros temáticos entre lideranças indígenas e especialistas não-indígenas. (N.F.)



Os 20 mil índios de Mato Grosso passam por dificuldades